

CIÊNCIA E FILOSOFIA POLÍTICA: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS

Texto elaborado pelo prof. Dejalma Cremonese

A presente análise se propõe, inicialmente, a tratar da questão da ciência política em seu aspecto abrangente (origem e desenvolvimento da disciplina) para, logo após, tratar das abordagens analíticas e dos métodos e técnicas da referida ciência. Este ensaio segue o referencial teórico dos seguintes autores: Aristóteles e Maquiavel (considerados os fundadores), até teóricos mais contemporâneos como Duverger (1962), Chevallier (1982, 1986), Prélot (1973), Pateman (1992), Cavalcanti (1969), Goodin e Klingemann (1996), Schwartzberg (1979), Bobbio (2000), entre outros.

Definições gerais

A ciência política dedica-se ao estudo dos fenômenos políticos e da atividade política em geral (que ocorre em todas as organizações, sejam elas: empresas, sindicatos, igrejas ou organizações sociais). Assim, a política diz respeito a toda a forma de poder (ligada à tomada de decisões). A ciência política, como disciplina, observa a política de forma objetiva, recorre ao método experimental, à observação, à formulação de hipóteses, à experiências e, finalmente à elaboração de leis conseqüentes, a repetição dos fatos com as mesmas reações sociais e políticas. A ciência política analisa a política como ela realmente é, como as lideranças (elites políticas) se movimentam e se articulam para conquistar, aumentar, manter-se no poder. O objeto específico da ciência política é tratar da questão do poder e do Estado.

Para Norberto Bobbio (2000, p.67), a ciência política é compreendida como o estudo dos fenômenos políticos conduzidos com a metodologia das ciências empíricas e utilizando todas as técnicas de pesquisas própria da ciência do comportamento. Tem uma função essencialmente descritiva ou explicativa (trata da política como ela é). Bobbio apresenta uma sensível diferença entre a ciência política e a filosofia política, embora a primeira provenha da segunda. A filosofia política para Bobbio (2000, p.13) trata do “projeto da ótima República”, trata da construção de

um modelo ideal de Estado. A filosofia política faz uma descrição e uma projeção em sua análise, buscando sempre o fundamento último do poder (legitimidade do poder).

Tratar da forma ideal do Estado e da política é uma atribuição da filosofia política, refletir sobre qual o governo ideal. Os pensadores antigos como Platão, Santo Agostinho se encarregaram de refletir sobre as formas de governo e de Estados ideais. Inserida na filosofia política encontramos a teoria política, tradição que se inicia entre os gregos. Em síntese: na filosofia política a política é vista como descrição daquilo que “deve ser”, por exemplo, a obra *A República* de Platão, considerada o primeiro clássico da filosofia política, é uma descrição da ótima república, uma idealização racionalista. Também Mórus, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Hegel são considerados filósofos políticos.

Já a ciência política pode ser definida como o estudo das estruturas, relações e dinâmicas entre as pessoas e estes dentro de um contexto político (um estudo da função governamental de uma sociedade). A política se refere a todos os aspectos relacionados a um sistema de governo. A ciência política é também chamada de ciência do Estado (Teoria do Estado) e se ocupa com os elementos que o formam, as características que apresenta e suas relações com outros conhecimentos. Assim, a ciência política se ocupa dos fenômenos políticos em conexão com o Estado, o descreve, o interpreta e o critica.

Em outras palavras, a ciência política não se interessa apenas pelas instituições políticas, mas também pelas idéias políticas, inclusive com as teorias do Estado, criadas pelos filósofos políticos, e os princípios gerais da política que constituem o pensamento político da massa e do povo (CAVALCANTI, 1969, p. 15).

De que se ocupa afinal a ciência Política?

Entre os campos de investigação da ciência política encontra-se delimitada 5 áreas de estudo:

a) **o estudo do governo** (que está ligado ao direito constitucional, ocupa-se com o estudo das instituições e procedimentos – legislativos ou poderes executivos - até o estudo dos partidos políticos. O estudo se ocupa também de padrões de comportamentais e até que ponto instituições e procedimentos influenciam o comportamento);

b) **a administração pública** (analisa a estrutura e as características dos organismos públicos, bem como as condições de emprego dos que dirigem esses organismos);

c) **as relações internacionais** (trata da política entre nações);

d) **o comportamento político** (como as pessoas fazem suas escolhas políticas acima de tudo no contexto das eleições. Análise das elites políticas, membros de partidos, legisladores e funcionários públicos e, por fim;

e) **estudo de análises políticas públicas** (sendo este último, o mais recente subsetor da ciência política). Tem origem na administração pública... Diz respeito ao modo pela qual o comportamento dos agentes políticos pode afetar as decisões enquanto a administração pública diz respeito basicamente às estruturas e aos efeitos dessa estrutura (BOTTOMORO, 1996, p.83-84).

A questão do Poder

A ciência política é a ciência que estuda basicamente o poder e suas manifestações. Acredita-se que as relações de poder seja um fenômeno próprio da natureza (aspecto biológico), na medida em que se percebem relações de poder também entre os animais: o mais forte ou o mais velho comanda os demais. Mas são nas relações humanas que se evidenciam com maior clareza tais manifestações. Já nas sociedades humanas primitivas as relações de poder (organização política), eram perceptíveis. Eram os mais fortes, ou o caçador e o pescador mais hábil, ou o chefe espiritual (xamãs e sacerdotes), que se destacavam com liderança política frente aos demais membros da comunidade.

Com o passar do tempo o homem, aos poucos, desenvolve sua inteligência, o que proporcionará o avanço tecnológico, igualando-se ao detentor do poder por meio da força física: nessa fase, quem detinha o machado ou as lanças tinha, igualmente, o poder, pois estes utensílios foram usados para a caça (garantindo a sobrevivência), para a proteção do grupo e para a conquista de novos territórios. A tecnologia estendeu seus benefícios ao homem na produção eficiente dos alimentos e dos agasalhos e, ainda, na incrementação do cultivo intencional e organizado de plantas comestíveis (cultivo do arroz e do milho e, na América, do trigo) e do pastoreio de animais (ovelhas, bois, cavalos). Percebe-se então que “o poder não é só das forças ou das armas, é muito mais dos que detêm a tecnologia do cultivo e do pastoreio”. Os constantes conflitos entre tribos primitivas, assim como os freqüentes ataques e saques aos rebanhos e ao armazenamento de alimentos, possibilitaram o surgimento de uma nova classe, a guerreira, em outras palavras, a classe militar. Desta realidade surgiu a institucionalização e as relações entre os poderes, como o comandante *versus* comandado, e na escolha (seleção) de um novo comandante na ausência ou morte do anterior. O poder esteve então, desde ligado à dominação

(de uma classe superior em relação a uma classe inferior). Em síntese, o poder sempre favoreceu aos grupos dominantes (a teoria marxista defende esta idéia).

Falar em poder é falar dos fenômenos ligados à força (coação e coerção). A coerção pode ser de ordem física, econômica, ou até mesmo através da propaganda ideológica (que não deixa de ser uma coação de ordem psicológica) que atua como anestesia na mente dos indivíduos. Além destes fenômenos, podemos elencar ainda as crenças (que é um instrumento mais facilitado de dominar, pois não utiliza, nem tem necessidade da força). O sistema de dominação através de crenças utiliza certos mitos tradicionais e o poder da legitimidade (estas idéias são defendidas por Weber, Aron e Duverger). Para Bobbio, o poder manifesta-se através da política (aqueles que comandam e dirigem os subordinados); da economia (aqueles que são donos do capital: terra, indústria, bens, dinheiro sobre os que nada tem – operários) e, da ideologia (formadores de opinião – propaganda).

A questão do Estado

Outro objeto da ciência política é tratar da questão do Estado. A definição etimológica de Estado feita por Dallari (1995, p. 43) é que a palavra tem origem latina, *status*, que significa estar firme, denotando situação permanente de convivência e ligada à sociedade política, aparecendo pela primeira vez em *O Príncipe*, de Maquiavel, escrito em 1513. O conceito de Estado, portanto, na forma que entendemos hoje, é recente, uma definição moderna. Nem sempre o Estado, do modo que o conhecemos hoje, existiu. Foi apenas no início da Idade Moderna (séculos 16-17) que ele se tornou uma realidade. França, Inglaterra, Espanha e Portugal foram os primeiros Estados a se unificarem. Isso não significa, entretanto, que antes da formação do Estado moderno não existissem outras formas de governo e de poder. Sim, existiram. Mas não de maneira tão organizada e burocratizada como o Estado Moderno.

A evolução da ciência Política

É atribuída a Aristóteles na Grécia Antiga a criação da ciência política.¹ No entanto, mais tarde, no período renascentista e moderno (século 15 até 18), outros teóricos vão contribuir para o desenvolvimento da ciência política. Maquiavel, Bodin, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu e Tocqueville tratarão de temas específicos da ciência política como a questão do poder, do Estado, das formas de governo, da participação e da democracia. Mas é

¹ Aristóteles, opondo-se ao seu mestre Platão, utilizou o método indutivo, empírico e histórico. Compilou e organizou 158 constituições por toda a Grécia, no entanto, chegou até nós apenas a Constituição de Atenas.

verdadeiramente depois da primeira metade do século XX (pós 1945), que a ciência política vai despontar como uma disciplina autônoma. É importante destacar também, que a ciência política é uma ciência interdisciplinar, isto quer dizer que ela utiliza métodos de outras ciências sociais, principalmente a história, a sociologia, a etnografia e a antropologia.

Maquiavel

A questão do poder é central em Maquiavel (como conquistar, manter, aumentar e não perder o poder). Com Maquiavel abandona-se, enfim, a Cidade de Deus e os séculos de agostianismo político. Maquiavel expulsa a metafísica e a moral das Ciências Sociais, separa a ciência política da Teologia, liberta-o do religioso e do metafísico. Maquiavel foi um observador, testemunha ocular dos acontecimentos políticos e, por isso mesmo, um analista (utilizou o método da observação direta) ao estudar a realidade social como um objeto: “Pareceu-me mais conveniente seguir a verdade efetiva das coisas do que a sua imaginação”.

Maquiavel, na obra *O Príncipe* (1513), inicia a discussão teórica sobre o Estado: “Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”. Em síntese, foi Maquiavel com a obra *O Príncipe* quem, por primeiro fez uma análise objetiva da política. A política, o poder e o Estado serão vistos sob um prisma diferenciado em comparação com as análises da política feita por pensadores anteriores (Platão e Santo Agostinho).

Tocqueville

Da mesma forma Aléxis de Tocqueville utilizou a observação como método. Da sua observação direta dos fatos políticos surgiu a obra *A Democracia na América* (uma análise completa e penetrante da sociedade americana).

A ciência política no século XX

Mas é no século XX que a ciência política surge definitivamente como uma ciência autônoma (é necessário observar e conhecer os fatos). É nos Estado Unidos da América que a disciplina vai se desenvolver em duas escolas distintas: a primeira é a teoria “institucionalista” e a segunda é a teoria behaviorista (trata do comportamento político – o que pode ser observado).

Os behavioristas fazem a observação sistemática do comportamento político. Para isso utilizam métodos empíricos e quantitativos, em outras palavras, os behavioristas consideram, além dos fatos, as atitudes dos homens e das instituições. Os teóricos que defendem esta corrente tiveram seu momento de ápice nos anos 50 do século passado. No entanto, confinaram-se na pura e simples descrição dos fatos.

Entre os anos 20 e 40 a ciência política ganha notoriedade com os estudos concretos e empíricos (utilizando métodos quantitativos) promovidos pelos pesquisadores da Universidade de Chicago. Harold Lasswell, importante pesquisador deste centro, interessou-se por psicologia política (valores em uma sociedade). Da mesma forma, os estudos da cultura política de Gabriel Almond e Sidney Verba ganham espaço e notoriedade.² Outros temas da ciência política ganham evidência com o passar do tempo: a participação política tem sido o objeto de estudo de Verba e seus associados, outros teóricos tratam da modernização e democratização e performance governamental (a importância dos partidos políticos para o processo democrático); bem como estudos sobre as organizações governamentais, políticas públicas e política econômica. A teoria da democracia tem sido tratada por Robert Dahl, Arend Lijphart e Giovanni Sartori. A democratização tem sido desenvolvida por Juan Linz, Larry Diamond, Phillippe Schmitter, Guillermo O'Donnell, Samuel Huntington e outros.

Crítica aos cientistas políticos

Noam Chomsky (importante lingüista e analista político internacional norte-americano) faz uma contundente crítica aos que ele chama de “tecnólogos” da ciência política que defendem o *stabilishment*. Os tecnólogos reivindicam o poder em nome da sua competência técnica. No entanto, correm o risco de se mostrar perigosamente arrogantes, incapazes de aceitar democraticamente as críticas ou extrair a lição de um revés. São pragmáticos, defendem o *status quo*, conformistas ideológicos, sujeição contra revolucionários, preocupam-se com os meios e são insensíveis aos fins. Em vez de resistir à ideologia da sociedade industrial avançada, os novos mandarins aceitam colocar-se ao seu serviço. Não contestam verdadeiramente a sociedade atual.

Métodos

² Ronald Inglehart, Samuel Barnes e Robert Putnam são seguidores desta linha de pesquisa: cultura política.

Entre os métodos comumente utilizados pelos cientistas políticos pode-se citar o método indutivo (observação direta da natureza, dos fatos humanos e dos fatos políticos para a sua análise posterior), utilizado já por Aristóteles ao compilar, documentar e analisar a constituição de pelo menos 125 cidades-estado gregas. O método objetivo, utilizado por Maquiavel na conjuntura política da Itália renascentista. O método da observação de Bodin; o método da observação sistemática de Montesquieu e o método da observação em profundidade de Tocqueville ao utilizar o método científico da observação direta dos fatos ao fazer uma viagem de estudo aos Estados Unidos (1831), utilizando técnicas de entrevistas, lançando hipóteses de trabalho, além da descrição minuciosa e esquadrihada de uma paisagem precisa. Tem-se ainda o método positivista de Comte que chega à ciência através da observação e da objetividade.

Como método a ciência política utiliza também as formas quantitativas e qualitativas no sentido amplo e, técnicas de investigação no sentido estrito. A ciência política também utiliza análises de documentos; observação direta (pesquisa de campo); apóia-se nas provas (análise dos fatos); pesquisa participante, questionários (*surveys*); entrevistas e grupos de discussão.

Em síntese:

I. Observação documental (pesquisa e a observação)

- A ciência política é indutiva (parte dos fatos)
- É necessário pesquisar e analisar os fatos
- Fontes de documentação: é essencialmente escrita (livros, jornais, arquivos e também filmes, fotografias e gravações)
- Trabalhos já publicados
- Artigos de revistas

II. A observação direta dos fatos (análise comparativa dos fatos)

Observação extensiva: dirige-se a grupos maiores

- amostragem aleatória ou por quotas – IBGE
- interrogação dessa população: a pesquisa propriamente dita (questionário: perguntas abertas e fechadas; aplicação dos questionários, número de perguntas, redação das perguntas)

- aproveitamento dos resultados da pesquisa (apuração dos resultados, operação técnicas, codificação)

- publicação dos resultados

Observação intensiva: dirige-se a grupos menores é mais apurada e mais profunda

- entrevistas (formas e técnicas de entrevistas)

- observação – participação

- experimentação de laboratório

III. Comparação e a sistematização (sistematização dos fatos)

Referências

BOBBIO, Norberto, *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. *Introdução à ciência política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOODIN, E.; KLINGEMANN, H. D. *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRÉLOT, Marcel. *As doutrinas políticas*. Lisboa: Editorial Presença, 1973. 4 vol.

QUESTIONAMENTOS:

- 1) Cite as principais diferenças entre a filosofia e a ciência política.
- 2) Classifique os autores citados no texto conforme a defesa de sua teoria: filosofia ou ciência política.

- 3) A questão do poder e do estado é o objeto central da ciência política. Apresente argumentos que evidenciam tal afirmativa.
- 4) Cite os principais métodos utilizados pela ciência política para o estudo do poder e do estado.